

A VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO CONTINUA AUMENTANDO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

arioliv@usp.br

A violência é a marca histórica da trajetória do campo no país. Ela se tem feito nos momentos históricos da cidade e do campo. É a marca e o lugar dos conflitos no campo. Os conflitos fundiários no campo vêm de longa data, porém foi nas décadas de 50 e 60 que se formaram as primeiras bases para as organizações de camponeses e trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, associações de lavradores, sindicatos, além da luta pela reforma agrária.

Na década de 70, junto com a repressão fomentada pela ditadura militar, a “revolução verde” aumentou a produção e exportações agrícolas, mas ao mesmo tempo intensificou a concentração fundiária, a dependência de sementes, a degradação ambiental e a geração de lucros extraordinários a favor dos grandes produtores, colocando ainda mais a disputa pela terra.

A ditadura reprimia com mais força organizações que lutavam pela terra, entretanto, a luta se fez mais forte, tanto que em 1984 nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar da conquista da desapropriação de terras que não cumpriam a função social na Constituição de 1988, a situação no campo no governo Collor foi altamente repressiva e com baixos índices de desapropriações.

A barbárie seguia seu curso. Nos governos FHC ocorreram os massacres no campo brasileiro em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA). Era o início de uma intensificação da luta pela terra no país. O MST ganhava muita visibilidade na mídia com a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997, que partiu rumo a Brasília em busca de punição para os massacres e gritando pela urgência da reforma agrária. Nos governos de Lula e Dilma foram alcançadas melhoria nas condições dos assentados. Entretanto, ocorreu uma diminuição no número dos assentamentos que despencaram. Eles representaram um total de 45,7 mil assentados em 2006 chegou-se a apenas 13,2 mil em 2010 e os irrisórios 1,8 mil assentados em 2015.

Assim, devagar a reforma agrária foi para o “espaço”. Na contramão da história foi criado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atuou na compra da produção dos

agricultores familiares. Porém, apenas no primeiro governo de Lula verificou-se um número mais expressivo de desapropriações e assentamentos. Nos anos seguintes, a política foi ao contrário, pois, foi substituída pela ação coordenada pelo Inca que levou a diminuição na reforma agrária e simultaneamente, a um fortalecimento do agronegócio, o que levou a um aumento considerável dos conflitos no campo.

Fortalecimento este que pode ser visto pelo poder da bancada ruralista, que representa o setor na política através da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), com 214 deputados e 22 senadores na Legislatura atual (2015-2018). Esta bancada tem pressionado para restringir direitos e políticas voltadas para os camponeses e demais trabalhadores do campo, atuando contra a reforma agrária e contra os movimentos socioterritoriais.

A relação entre a Bancada Ruralista e a violência no campo está diretamente na ausência de ações para fortalecer as instituições em nome dos camponeses, povos indígenas e povos remanescentes de quilombos, que justifiquem uma mudança na estrutura fundiária brasileira, visando diminuir os conflitos relacionados à terra.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), tem mostrado que o número de assassinatos no campo vem aumentando, alcançando a 50 mortes em 2015 e 61 em 2016. A região Norte e o Nordeste apresentaram o maior número de ocorrências (67%), onde a região Bico do Papagaio (PA, MA e TO) tem sido marcada como a mais violenta no campo brasileiro. Entre os sujeitos sociais envolvidos em conflitos fundiários, os camponeses posseiros (posseiros, seringueiros, ribeirinhos, pescadores etc.) destacavam-se com 33,2% das ocorrências, seguido dos camponeses sem terra (28%), camponeses assentados/proprietários (14,3%), indígenas (13,1%) e quilombolas (10,1%). Entre os protagonistas da violência foram em grande medida os fazendeiros, empresários e grileiros com 74% das ocorrências, seguidos de mineradoras, madeireiras, hidrelétricas e o Estado com 26% das ocorrências).

Em 2017 já ocorreram três massacres no campo, um em Gamela (MA) contra povos indígenas, o massacre dos camponeses em Colniza (MT) e a chacina contra posseiros em Pau d'arco (PA), urgindo falar sobre a desigualdade no campo. Além do massacre no Vale do Javari (AM), em setembro, por grileiros ilegais. A CPT lançou o acompanhamento da situação no campo, na sua página da Internet para que se vejam os massacres derivados de conflitos agrários entre 1985 e 2017. Nos 32 anos analisados, registrou 45 massacres com 214

vítimas. O Pará ocupa o primeiro lugar dos massacres, com mais de 50% das vítimas. A seguir vem Rondônia e Mato Grosso.

O caderno “Conflitos no Campo Brasil 2016” da CPT trouxe os índices recordes, pois que, aumentaram todos os tipos de conflitos e, todas as formas de violência no campo. Por exemplo, os assassinatos aumentaram 22%, o maior número desde 2003; as agressões aumentaram 206%.

A crise vivida está marcada pelo golpe que significou o impedimento da Presidenta Dilma pelo Congresso, apoiado pelo Judiciário e pela mídia empresarial. E, no campo isto tem se traduzido em mais violência, privada e pública, contra os povos que vivem da terra: 61 assassinatos, mais de 5 por mês; 1079 ocorrências de conflitos por terra número mais alto nos 32 anos de registros pela CPT; 1295 no total do conjunto dos conflitos por terra que contém a soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos, uma média de 3,8 conflitos por dia; 172 conflitos pela água, número mais elevado quando começou a ser registrado em 2002; 1536 conflitos no campo que junta os conflitos por terra, pela água e conflitos trabalhistas, o que dá uma média de 4,2 conflitos por dia. No ano de 2016, os camponeses posseiros, os povos indígenas e os povos quilombolas foram as principais vítimas da violência no campo.

O ano de 2017 já trouxe o sinal da ira, pois, a violência continua a crescer no campo, porque entre janeiro e maio o país já tinha atingido o total de 44 mortes: 12 no Pará, 10 em Rondônia, 9 em Mato Grosso, 8 na Bahia, 2 em Minas Gerais, e uma no Maranhão, outra em Alagoas e outra no Rio Grande do Sul. Desse total quatro tragédias no campo foram para a história da violência do país. No dia 19 do mês de abril em Colniza no estado de Mato Grosso, nove camponeses foram mortos com requintes de crueldade. No último dia do mesmo mês de abril, dia 30 ocorreu um ataque contra os índios Gamela, no Maranhão, deixou duas vítimas com as mãos cortadas, cinco feridos por bala e outros quinze machucados. O terceiro caso também foi em 20 de maio, no estado do Pará, foi uma violenta ação da polícia que terminou com dez camponeses assassinados. “A polícia chegou atirando”, disseram testemunhas que conseguiram fugir. O quarto massacre envolveu os quilombolas da Comunidade Iúna em Lençóis, na região da Chapada Diamantina, na Bahia.

São quatro casos que se inserem no contexto da disputa por terras, entretanto, todos eles têm um tom premonitório alarmante. Nos quatro casos, ocorreram evidências de que a

violência iria ocorrer, pois, as vítimas solicitaram ajuda junto às autoridades antes dos crimes acontecerem. Os que sobreviveram continuam solicitando. A crueldade dos quatro conflitos não foi surpresa para quem acompanha a escalada da violência no campo.

O massacre de Colniza (MT)

Os relatos sobre o massacre foram feitos pelas repórteres Thais LAZZERI da REPÓRTER BRASIL e Raíssa GENRO (Mato Grosso):

“Em um dia de aparente tranquilidade, sem velório ou enterro, o coveiro Valdinei Carço cava mais uma cova no chão de terra vermelha, ao lado de outra, recém-aberta. Os buracos seguem uma fila linear, trabalho que ele exhibe com orgulho. Túmulos à espera de um dono não eram comuns até a última chacina em Taquaruçu do Norte (distrito de Colniza), em 19 de abril, quando nove homens foram executados em disputas de terra. Carço enterrou cinco. “Tinha gente demais, até atrapalhava o trabalho”, diz, sobre o tumulto daquele dia. Por isso, diz, decidiu se antecipar à próxima chacina, tema de conversas na pacata e hostil Colniza. Do tamanho dos estados de Sergipe e Alagoas juntos, com 34.885 habitantes, Colniza não é para iniciantes. O município, localizado a mil quilômetros de Cuiabá (MT), recebeu o título de o mais violento do país em 2007, mesmo ano em que três trabalhadores rurais foram mortos e outros dez, torturados, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra). “A violência impera em Colniza”, diz Cristiano Cabral, coordenador estadual da CPT. O medo acua até os que lutam pelos direitos da terra, como é o caso de Cabral. Ele só aceitou falar com a Repórter Brasil um mês depois da chacina. Na conversa, Cabral lembrou de outro crime que chocou a cidade, quando duas lideranças rurais foram assassinadas depois de denunciarem a ligação de políticos e policiais com a extração ilegal de madeira à Ouvidoria Agrária Nacional. “Ali tudo gira em torno dos conflitos agrários, que envolvem trabalhadores, grileiros, fazendeiros, empresários, milícias e políticos”, diz. Por denúncia anônima, a notícia da chacina alcançou o delegado Edison Ricardo Pick vinte e quatro horas depois do crime. “Aqui é difícil até de compor um inquérito. As pessoas não falam. Têm medo de dar informações e de se tornarem alvo de ameaças. ” Outra razão para a demora é que Taquaruçu não dispõe de sistema de telefonia nem de rede elétrica. Isso obriga os moradores a se deslocarem até o distrito mais próximo, a cerca de 30 quilômetros.

(...)Policiais militares e civis só começaram a se deslocar para o local do crime no dia 20. O trajeto de Colniza até Taquaruçu, zona rural próxima à fronteira de Rondônia, conta 250 quilômetros de estrada de terra. Nem o aplicativo Google Maps encontra a rota. A viagem pode levar de 16 horas a três dias, variando de acordo com as chuvas, que favorecem derrapagens e atolamentos.

Apesar do isolamento, o local não é desabitado. Na vila de Taquaruçu moram mais de cem famílias de trabalhadores rurais. Uma delas foi desfeita na tragédia. Kellen Chaves era casada com um dos trabalhadores assassinados havia oito anos. Por telefone, ela diz que soube da chacina no mesmo dia que a polícia. Dois sobreviventes que conseguiram fugir deram a notícia. “Fiquei em choque”, diz, resignada. “Não saí da vila esperando a polícia chegar, porque eu não queria acreditar que ele estava morto”, diz.

No dia 21, a polícia alcançou as margens do rio Roosevelt. Para chegar ao local exato das mortes, a Linha 15 (...) os agentes de segurança pública utilizaram uma balsa e, depois, percorreram, em motos, mais de vinte quilômetros em mata fechada. Só naquele momento a polícia descobriu o tamanho da chacina: nove homens adultos mortos, cujos corpos estavam ao longo de nove quilômetros da Linha 15. Nas motos, improvisaram “carriolas” para levar os mortos até a margem do rio.

O perito Daniel Soares aguardava-os na beira do Roosevelt. Por causa do alto número de vítimas, recorreu a protocolos da Interpol (...). “Em um caso extremo como esse, você precisa estar amparado de todos os lados”, diz o perito. “Como tínhamos muitas vítimas, optei pelo protocolo para agilizar o processo”. Por isso, a pré-identificação dos corpos começou ali mesmo. No final do dia 21, os cadáveres, em caixões, seguiram com a equipe multitarefa para Colniza.

No dia 22, os peritos trabalharam em um anexo do cemitério. A necropsia mostrou múltiplas lesões em cada corpo, por armas de fogo ou por instrumentos cortantes, “possivelmente facões e foices”. Havia tiros de calibre 12 na cabeça ou dado pelas costas (em sete casos), degolas e “esgorjamento” (corte de fora a fora no pescoço sem desprender a cabeça). “Empregaram muita violência”, diz Soares.

Repassar informações sobre os cadáveres foi outra missão de Soares. Atento às orientações da Interpol, ele pediu ajuda para reunir os familiares dos mortos em um mesmo local. Assim, informaria todos de uma só vez. Em um ato ecumênico, conseguiram um local para receber os parentes. Um pastor conversou com um padre, que cedeu o espaço anexo à igreja. “Naquele momento não existia diferença de religiões. A preocupação era dar acolhimento às famílias das vítimas da chacina

de Colniza. ” Às 15h30, terminaram o trabalho. No mesmo dia, os familiares, tristes e resignados, fizeram o enterro. (...)

Uma segunda equipe da força-tarefa montada para o caso desembarcou em Colniza no dia 26. Marcelo Muniz, da Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa de Cuiabá, foi um dos integrantes da comitiva. **Com a investigação em estágio avançado, diz, identificaram, a partir de apelidos, três executores do grupo de extermínio guaxebas (grupo de pistoleiros). Muniz decretou prisão preventiva de Pedro Ramos Nogueira, de 52 anos, de Paulo Neves Nogueira, de 35, - tio e sobrinho, respectivamente- e do grileiro Ronaldo Dalmonck, 33 anos.**

Um dia após o anúncio dos três executores, a equipe da perícia chegou ao local do crime – que não foi isolado. Uma cena chamou a atenção do perito Soares, a casa de Sebastião Ferreira de Souza, o “pastor”, executado a golpes de facão. “Eu me lembro porque era o único que tinha mancha de sangue ao redor do barraco e na parte interna”, diz. Souza foi o mais machucado. Segundo informações obtidas (...) ele era visto como liderança local, atuando na defesa das terras em Taquaruçu.

As investigações mostraram que a presença dos trabalhadores na região contrariava os interesses do empresário do ramo madeireiro Valdelir João de Souza, de 41 anos, o “Polaco Marceneiro”. Apontado como mandante do crime, é proprietário da Madeireira Cedroarana e da G.A Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras. Nos últimos dez anos, o Ibama aplicou dez multas por irregularidades às empresas de Valdelir, somando R\$ 901.879,16. Desse total, ele pagou R\$ 2.500 – ou 0,27%.

O Ministério Público do estado aceitou denúncia contra todos os suspeitos. No documento, publicado em 15 de maio, eles são acusados de formação de milícia privada e homicídio qualificado. A disputa por terras – o que está em cima e embaixo delas, aliás – é o elemento central da denúncia. “Segundo consta, a motivação dos crimes seria extrair recursos naturais dessas terras e consequentemente os envolvidos no crime se apossariam delas, bem como para assustar os moradores e expulsá-los das terras futuramente”. Por telefone, a assessoria de imprensa do MP informou que o promotor do caso Willian Oguido Ogama não daria entrevistas. A reportagem tentou entrar em contato com os advogados dos cinco réus, sem sucesso.

A derrubada de árvores já deu dois títulos vexatórios à Colniza: campeã em desmatamento no Mato Grosso e terceira em desflorestamento na chamada Amazônia Legal, área que engloba nove estados brasileiros. Em fevereiro de 2017, graças à pressão de organizações socioambientais, o governo do estado e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um termo de cooperação para a criação de

uma base avançada de monitoramento e fiscalização na região noroeste, onde ficam os dez municípios que mais derrubam árvores no estado - justamente onde ocorreu a chacina. A ausência de uma política agrária e da presença do estado em uma área de conflitos, diz o sociólogo Jalcione de Almeida, resultam em “intimidação e morte”. O presidente do Sindicato Rural de Colniza, Milton de Souza Amorim, afirma que única solução seria dar títulos de posses de terra. “Os órgãos tinham que cuidar, assentar o povo.”

*O delegado Pick abriu um inquérito complementar para apurar o tamanho da organização criminosa e os crimes cometidos por ela. “O problema é que nossa região é grande e faz divisa com dois estados. E a cooperação (com os demais estados) funciona ora sim, ora não”, diz. **Até agora, os guaxebas Paulo, Pedro e Moisés estão presos. Os demais, foragidos. Outra linha da investigação é a relação das mortes com o garimpo na região. Por segurança, Pick despachou os documentos da investigação para a capital, Cuiabá.***

Os moradores de Taquaruçu permanecem reféns do medo – mesmo com o reforço da tropa de elite da polícia. A equipe da Repórter Brasil se encontrou com moradores de Taquaruçu que retornavam para casa duas semanas após a chacina. Com medo, não quiseram falar. Familiares dos mortos vivem o mesmo drama, com um agravante: estão passando fome. Como os homens assassinados eram o arrimo financeiro, diz Cabral, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, agora sobrevivem com doações. A pior situação é a de Neide (nome fictício), viúva, com quatro filhos pequenos. “Estão todos abandonados, como sempre estiveram”, diz Cabral.” (Disponível em <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/colniza-espere-da-proxima-chacina>) (Sem negritos no original)*

O massacre de Pau d’Arco (PA)

O conhecido como o massacre de Pau d’Arco (PA) foi uma chacina de 10 trabalhadores rurais na manhã do dia 24 de maio de 2017, em um atode reintegração de possedo acampamento na Fazenda Santa Lúcia, município de Pau d’Arco, no sudeste do Pará. Com este massacre subiu para 36 o número de assassinatos no campo em 2017, a metade dos 61 registrados em 2016.

A chacina ocorreu um dia após o atodenúncia contra a intensificaçãoda violência no campo e pelos direitos, ocorrido em Brasília envolvendo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), com apoio da CPT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outras entidades.

Esse processo de violência é o reflexo do aumento da criminalização dos movimentos socioterritoriais, da atuação das polícias e da aprovação de medidas que agravam os processos de concentração e privatização das terras brasileiras.

Os corpos de cinco vítimas foram para o Instituto Médico Legal (IML) de Marabá (PA), e cinco em Parauapebas (PA). Elas foram mortas durante ação de reintegração de posse cumprida por policiais militares e civis, determinada pelo juiz da Vara Agrária de Redenção. De acordo com a análise da comissão, o juiz ignorou orientações da Cartilha da Ouvidoria Agrária Nacional e nas diretrizes do Tribunal de Justiça, que, de acordo com elas, esse tipo de ação deve ser realizado por batalhão policial especializado. E muito mais, porque o ato já havia sido denunciado em outubro de 2016, na reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, na sede do Incra, em Marabá. Quando o coordenador do acampamento Nova Vida, Ronaldo da Silva Santos, informou que as 150 famílias acampadas desejavam que o imóvel fosse destinado para a reforma agrária. As famílias estavam acampadas na área desde 18 de maio de 2015. O superintendente regional do Incra em Marabá, Claudeck Alves Ferreira, assumiu compromisso com Ronaldo da Silva Santos de negociar com o proprietário da fazenda e destina-la à reforma agrária. Mas, como tem sido regra nessas ações, de acordo com o presidente do Incra, a área não poderia ser desapropriada enquanto estivesse sob ocupação.

A repórter Ana ARANHA da REPÓRTER BRASIL cobriu fez a reportagem que se segue sobre o massacre de Pau d'Arco:

“Os policiais militares do Pará teriam rendido e torturado os (...) [camponeses] antes de disparar tiros fatais contra eles, relatam os sobreviventes do massacre que tirou a vida de dez pessoas no sudeste do Pará. O crime ocorreu no dia 24 de maio na fazenda Santa Lúcia, área de Pau D’Arco, então ocupada por posseiros. (...)

“A gente ouviu alguns colegas chorando antes de morrer”, diz um sobrevivente. As revelações não apenas contestam a versão da Polícia Civil e Militar, que declarou ter sido recebida na fazenda a tiros, como sugere que o crime envolveu tortura e crueldade.

A versão do confronto fora questionada desde o início porque os policiais não apresentavam ferimentos, enquanto os dez trabalhadores foram levados mortos ao hospital. A movimentação dos corpos foi apontada como adulteração do local do crime pela subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, que participou da perícia.

Os relatos são fortes.

Tudo começou quando o grupo de posseiros relata ter visto o comboio da polícia chegando, de longe, e correram para se esconder na mata fechada. Foi quando eles abriram uma lona preta para se proteger da chuva, que a polícia os teria surpreendido, aos gritos de: “É a polícia, porra. Quem correr, morre”.

Os sobreviventes fugiram sob fogo, alguns alvejados de raspão na cabeça ou pelas costas. “A polícia chegou atirando”, foi frase repetida por mais de um sobrevivente. Um deles diz ter ouvido: “pode matar. Corre atrás, não é pra deixar um vivo”.

“Eu fiquei perto, muito perto, vi o olhar de um companheiro que caiu quase por cima de mim quando levou o tiro. Era um olhar triste”, diz outra testemunha. A maioria dos sobreviventes não conseguiu ver o que aconteceu, apenas ouviu, pois tiveram que ficar escondidos. Foi o caso dos relatos seguintes:

“A gente ouviu alguns colegas chorando antes de morrer, dizendo ‘não faz isso, ninguém vai correr’”.

Um deles diz que se arrastou pelo chão e ficou deitado dentro da mata fechada a cerca de 70 metros de onde ocorria a chacina. Ele relata ter ouvido os policiais agredindo os trabalhadores com chutes aos gritos de “vira para cá, vagabundo, cadê os outros? ”

Segundo essa testemunha, depois de gritar e chutar cada trabalhador, a polícia atirava. Ritual repetido, na sequência, com a próxima vítima. O massacre teria durado cerca de duas horas.

“Barulho de paulada, porrada que a polícia dava. Depois matavam, um por um”, diz outro sobrevivente. “Eles humilhavam, xingavam”. De acordo com os relatos, a maioria das vítimas tombou logo na chegada da polícia. Os que ficaram vivos teriam sido executados a queima roupa. A reportagem viu ao menos um corpo com perfuração na face.

Ao final da matança, dois sobreviventes relataram que a polícia saiu “gargalhando”, como se comemorasse uma vitória. E que os policiais fizeram varreduras com as viaturas pela fazenda, como que à caça de sobreviventes. A chuva pode ter salvado os que fugiam, dificultando o acesso de carro às áreas mais isoladas da fazenda.

“Eu fiquei andando perdido, sem força, as vezes de joelhos, sempre pedindo a Deus pra ajudar” diz testemunha que buscou socorro das 8 da manhã até quase o fim da tarde.

“A versão dessa pessoa é conflitiva com a versão da polícia, mas coaduna com o que a gente encontrou no local”, diz o procurador Igor Spíndola do Ministério Público Federal ao ouvir o primeiro depoimento. Ele estava na primeira perícia no local do crime e chama atenção para diversos elementos que contrariam a versão de que os trabalhadores reagiram. “Se você investiga o caso sem a versão da polícia, você conclui que não teve confronto. Que um lado chegou atirando”, diz o procurador.

Outra evidência apontada por ele que vai contra a versão da polícia é o local do crime. Os posseiros estavam escondidos em uma mata fechada, o que daria vantagem para eles. “Se essas pessoas quisessem atirar, elas teriam uma visão maior do que a polícia tinha. Mas não há sinal de nenhum policial ferido”.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará informou que um inquérito foi aberto para investigar o caso e que afastou 29 policiais envolvidos na ação. Os policiais militares que estavam na operação também foram ouvidos pelo Ministério Público Federal.

Segundo o advogado da Comissão Pastoral da Terra José Batista Afonso, esse crime teve elementos muito próximos ao massacre de Eldorado dos Carajás, que completou 20 anos em 2016. Em 17 de abril de 1996, a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do Movimento Sem Terra.

“Tiveram características parecidas: não só de surpreender e assassiná-los a sangue frio, como atestam os depoimentos, mas também de usar espancamento e tortura. É uma forma de mostrar força, dar um recado aos movimentos”.

“Se você investiga o caso sem a versão da polícia, você conclui que não teve confronto. Que um lado chegou atirando”, diz procurador do caso.

Uma das suspeitas de motivação para o crime é a escalada de violência no conflito por terra que levou ao assassinato de um segurança particular da fazenda ocupada, além da morte de um policial militar da região. Segundo a CPT, que acompanha os conflitos na região, essas mortes geraram uma reação forte do setor agropecuário e uma indignação entre os policiais. A entidade já vinha chamando a atenção para a grande vulnerabilidade dessa área: só no sul e sudeste do Pará há mais de 150 fazendas ocupadas.

A violência devido a conflitos agrários passa por uma escalada em todo o país. Há três anos, o Brasil é onde mais morrem lideranças ambientais e do campo. No ano passado, batemos nosso recorde com 1.295 conflitos por terra, número mais alto

dos últimos dez anos. Só até maio desse ano, já são 36 mortes de lideranças ou ativistas do campo, sendo 12 delas no Pará.

O procurador também chama atenção para o desnível de armamento entre os grupos, já que a maior parte das armas com os posseiros eram antigas. Segundo o sobrevivente, em seu depoimento, os posseiros tinham espingardas, um fuzil e uma pistola 380. **“A gente não pode concluir nada, é a sentença que vai determinar. Mas podemos falar que há sérias dúvidas sobre a versão da polícia”**. (Disponível em <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/massacre-no-para>) (Sem negritos no original)

O massacre dos índios Gamela

O massacre dos índios Gamela em 30 de abril de 2017 é mais um caso digno de registro sobre violência no campo nacional. Sob o título **“Eles são mesmo índios? ”, a pergunta por trás do ataque aos Gamela**”o repórter Ruy SPOSATI, do Maranhão, fez a reportagem a seguir para o REPÓRTER BRASIL e incluiu uma gravação de uma entrevista com o índio Aldeli de Jesus Ribeiro e mais entrevistas com os algozes e pessoas que foram vítimas do ataque que confirmaram tudo que aconteceu aquele dia:

“O padre Clemir Batista está acostumado a atender doentes, mas, no dia 7 de maio deste ano, precisou lidar com uma situação especialmente delicada. Coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, ele entrou na ala de ortopedia do Hospital Tarquínio Lopes Filho. Procurava por Aldeli de Jesus Ribeiro, uma das vítimas do linchamento ocorrido em 30 de abril, quando mais de trinta indígenas foram atacados depois de ocuparem uma fazenda no Maranhão.

Ribeiro tinha o corpo coberto por pinos, parafusos e fios de metal, resultado de seis cirurgias. Ao lado do paciente, o padre assumiu uma tarefa difícil: mostrar para a vítima sua foto logo depois do ataque. Ribeiro ficou em silêncio ao ver sua imagem coberta em sangue, com cortes profundos nos pulsos. Suas mãos pendiam, quase que inteiramente cortadas, presas aos braços apenas pela pele.

A brutalidade da imagem, que fez o caso alcançar o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas, fez a vítima desviar o olhar. “É você aqui?” o padre insistiu. “Disseram que não era você”. Com semblante assustado, Ribeiro confirmou sua identidade em frente à câmera.

Batista precisou submeter a vítima àquela imagem e gravar o encontro para provar ao Brasil que a violência daquele dia 30 existiu.

A comprovação era necessária porque uma polêmica fora fomentada a respeito dos acontecimentos. O caso ganhou o noticiário com ênfase para a informação de que uma vítima tivera as mãos decepadas. Dois dias depois do ataque, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), escreveu no Twitter: "Até agora, não foi localizada nenhuma pessoa com mãos decepadas."

A Secretaria de Saúde do Maranhão, em nota, informou que "não houve decepamento (amputação) de nenhuma parte de seu corpo. As lesões foram cortantes gravíssimas, mas não levaram a amputação de nenhum membro", informou a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio de nota.

A controvérsia sobre a etimologia da palavra - que define o tipo de corte nas mãos de Ribeiro - foi o início da desconstrução da versão das vítimas. Na sequência, questionamentos foram feitos sobre o conflito. Seria massacre ou um confronto? Por fim, colocou-se em dúvida a identidade das vítimas. Eles eram índios 'mesmo'? A pergunta partiu de moradores locais, fazendeiros e policiais. Ecoou entre figuras do alto escalão do governo maranhense. Por fim, ganhou o noticiário. Os meios de comunicação ecoaram o mesmo questionamento que provocou o ataque.

Eles são índios?

Além das mãos cortadas, Ribeiro levou um tiro de raspão no tórax, foi espancado, e quase perdeu uma perna. Os Gamela contaram cinco feridos por balas, duas pessoas com as mãos cortadas e outros quinze machucados – sendo três menores de 18 anos. Todos foram atacados por um grupo composto, majoritariamente, por moradores locais que saíam de uma manifestação onde o questionamento à identidade dos indígenas era a pauta principal.

No mesmo dia do ataque, o major da Polícia Militar Nilson Silva Fonseca referiu-se aos Gamela como "esses que dizem ser índios". Um dia depois do crime, em nota, o Ministério da Justiça classificou os Gamela como "supostos indígenas". O termo "supostos" foi posteriormente eliminado da nota e, num terceiro retoque, a palavra "indígena" desapareceu.

O locutor da rádio local, a Maracu AM, referiu-se a eles como gente "que se passa por índio". O diretor da rádio, Benito Coelho, é ex-prefeito de Viana e irmão do dono das terras recém ocupadas pelos Gamela.

Além da violência recente, os questionamentos também refletem ecos do motivo histórico pelo qual os Gamela esconderam a própria identidade por décadas. Hoje, boa parte dos cerca de 1,5 mil Gamela vivem na beira da estrada. Entre os argumentos para reivindicar a demarcação de uma área, eles apresentam um

documento da Coroa Portuguesa, datado de 1759. É um registro dos 14 mil hectares que eles possuíam naquela época, em documento reconhecido pelo Estado, mas que não tem validade jurídica desde a declaração de independência do Brasil, em 1822.

De lá pra cá, os Gamela foram perdendo território. No final dos anos 60, parte das terras onde viviam foi registrada em cartórios da região como propriedade privada. “Lembro da minha avó explicar que não podia falar a nossa língua porque o branco proibia, porque isso de não falar a língua facilitava da gente viver com ele”, diz Francisco Gamela. Expulsos da terra e estigmatizados, o grupo se espalhou pelos povoados da região, escondendo a identidade para se integrar à sociedade dos não-índios

Em 2014, houve um movimento de retomada da identidade e do território. Processo maior que os Gamela, pois ocorreu com diversas etnias indígenas pelo país, já que a auto declaração é um dos principais critérios para definir a identidade indígena no Brasil.

Quando o grupo assumiu a origem e passou a exigir a demarcação de suas terras, houve reação. “Quando o indígena deixa de ser aquele sujeito subalternizado para ser um sujeito político, de direitos relacionados à questão fundiária, eles passam a ameaçar o projeto dos ruralistas”, diz a antropóloga Caroline Leal, professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

O linchamento do dia 30 de abril é interpretado como uma manifestação moderna dessa perseguição histórica. O estopim para o massacre ocorreu durante a "Manifestação pela Paz", realizada no povoado Santeiro. Ali, munido de microfone e em cima de um palco, o deputado federal Aluísio Guimarães Mendes Filho, do Podemos (ex-PTN), falava sobre os "pseudoindígenas" a proprietários rurais, parlamentares, empresários, agricultores e moradores da região. O político cresceu com a família Sarney – foi de guarda-costas a Secretário de Segurança Pública do estado. No Maranhão, o partido de Mendes Filho é presidido por Laércio Costa, que é irmão de Evilásio Costa, dono de fazendas que também estão no território reivindicado pelos Gamela.

O clima durante o discurso de Mendes piorou quando o deputado chamou os presentes à luta: "Aqui ninguém tem sangue de barata. Ninguém vai aceitar mais essa provocação", disse. O avilte, no caso, ocorria a poucos quilômetros dali. Cerca de 30 indígenas ocupavam uma propriedade rural 22 hectares do comerciante Jamilo Aires Pinto. Inflamados pelo deputado Mendes Filho, os manifestantes decidiram agir.

Procurado, o deputado Aluísio Mendes não retornou os pedidos de entrevista feitos pela reportagem.

Há dois anos os Gamela adotaram a ocupação da área como estratégia para recuperar território. O relato é de Francisco Dias, 60 anos, um dos mais velhos da comunidade. Segundo ele, grileiros e fazendeiros expulsaram os indígenas dessas mesmas terras na década de 60. Em paralelo, diz, os cartórios da região registraram essas áreas como propriedade privada – a maioria para criação de gado e búfalos. Daí decorre a demanda dos indígenas pela demarcação. Demanda apoiada pelo Ministério Público Federal, que propôs uma Ação Civil Pública em 2016 exigindo que Funai e União criem um grupo de trabalho para produzir os relatórios de identificação e delimitação das áreas reivindicadas pelos Gamela.

Para simbolizar a retomada, os Gamela fazem um ritual conhecido como cortar-aramé, entendido como a libertação das terras e dos indígenas. “Mesmo que eu esteja com fome, não posso entrar [em uma área cercada] porque é o teu arame. Se eu entrar, estarei roubando. A luta contra o arame é necessária para a gente continuar sendo a gente mesmo”, diz Inaldo Serejo Gamela, que levou um tiro de raspão na cabeça e pauladas no braço durante o ataque.

Os manifestantes contrários aos índios seguiram para a área ocupada. Lá, uniram-se aos moradores do povoado Baías e cercaram a área - segundo a polícia, eram ao menos 250 pessoas. Um morador de Baías, que participou da manifestação, disse: "Aqui nunca teve índio. Isso aí é bagunça. ” Os Gamela afirmam que os participantes da “Manifestação pela Paz” chegaram raivosos e armados. “Diziam que a gente era um bando de vagabundo, um bando de ladrão”, diz Rose, indígena que pediu anonimato por medo de represálias.*

Assim que os caseiros da fazenda deixaram as terras ocupadas, os manifestantes atacaram os Gamela com armas de fogo, facões, paus e pedras. “Era chuva de bala mesmo”, diz Rose, com hematomas visíveis nas costas e nas pernas. Indígenas entrevistados relatam que uma viatura da polícia estava a 500 metros do local, mas não fez intervenções ao ataque ou prestou ajuda aos feridos.*

O linchamento durou meia hora. Ribeiro, o Gamela que teve as mãos cortadas, não conseguiu fugir. “Primeiro atiraram em mim. Depois, cortaram a minha cabeça e os meus braços. Deram um chute bem aqui, na boca, que quebrou meus dentes. Eu tinha uma borduna (arma indígena feita de madeira), que um deles levou dizendo que ia ficar de lembrança de vagabundo fingindo ser índio”, disse. Para sobreviver, ele diz, fingiu-se de morto. Quando os algozes deixaram as terras, tentou escapar, mas os ferimentos graves o impediram. Então, viu os policiais que estavam na viatura. De um, Ribeiro diz ter ouvido. “Sabe por que tá (sic)

acontecendo isso? A culpa é de vocês mesmos. ” Ribeiro afirma que a polícia não prestou socorro. Foi um morador do bairro vizinho que o levou ao hospital.

A notícia do linchamento chegou às 17h ao geógrafo Saulo Barros, que mora a 120 quilômetros do local onde os Gamela foram atacados. Apoiador da causa, ele ligou para o major Fonseca, de Viana, uma hora e meia depois. Ele confirmou a presença da viatura no local, mas negou ter qualquer conhecimento sobre qualquer ato de violência ou feridos. O diálogo entre os dois foi gravado. Ao ouvir a informação sobre o ataque, o major afirma: “A gente ainda não sabe. Mas eu já sabia que isso ia acontecer. Porque eles vão invadir terra dos outros...”

Procurado pela Repórter Brasil, o major Fonseca não quis dar entrevista. Na presença da equipe de reportagem, porém, conversou com o advogado Rafael Silva, da CPT. “O que que o senhor queria que a polícia fizesse? Três policiais, diante de 250 pessoas armadas, com raiva. O que o senhor queria que fizesse?”, questionou o policial ao advogado. Afirmou, também, que os agentes da polícia tiveram dificuldade em pedir ajuda à própria corporação - porque, segundo ele, o rádio da viatura não funcionava no local, devido à distância. A reportagem apurou, contudo, que sinal de telefonia e internet móvel funcionam no local.

O governo do Maranhão, em nota, informou que “no dia da ocorrência, a Polícia Militar atuou por uma guarnição que estava em viatura, com três policiais que pediram apoio. Em seguida, chegaram mais duas viaturas com seis policiais ao todo. A prioridade do grupo foi cessar o conflito e preservar a vida de todos os envolvidos. ” Também solicitou investigação sobre a atuação da polícia.

O Maranhão é o segundo estado brasileiro no ranking de casos de violência contra a pessoa indígena no país, depois do Mato Grosso do Sul. Em nota, o governo do Maranhão afirmou que “estão em andamento a realização de reuniões” para discutir o problema fundiário na região e “um plano de segurança para garantir a integridade dos Gamela. ”

Uma semana depois do conflito, a polícia civil ainda não havia feito a perícia no local do crime. As cápsulas das balas disparadas, segundo vizinhos da propriedade, foram recolhidas pelas crianças do povoado. As marcas dos tiros seguem por lá. Os caseiros da propriedade não deram entrevista alegando obedecer a orientação do advogado Flávio Henrique Aires Pinto, que é filho do proprietário da fazenda. À Repórter Brasil, o caseiro Carlos Nascimento disse que a culpa pelo ocorrido era dos índios e, em tom premonitório, falou: “Se a Justiça não vier aqui decidir, ainda vai acontecer muita coisa. ” (Disponível em <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/eles-sao-mesmo-indios-a-pergunta-po>) (Sem negritos no original)

O massacre da Comunidade Iúna

O massacre da Comunidade Iúna em Lençóis, na região da Chapada Diamantina, na Bahia deve ser contado na sua grandeza. Após o assassinato de duas lideranças quilombolas na Comunidade de Iúna, em julho de 2017 (Lindomar Fernandes Martins e José Raimundo Mota de Sousa), outros seis quilombolas da Comunidade Iúna foram assassinados a tiros dentro de suas residências no dia 6 de agosto: Adeilton Brito de Souza, "Boga", Gildásio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição. A Polícia Civil informou que cada vítima recebeu de quatro a cinco tiros. Os conflitos por terra começaram a ocorrer após a intervenção do Inca (a notificação dos fazendeiros), em 2015, para a regularização da área, onde havia 40 famílias na região. Após as mortes e ameaças, restaram apenas 12 famílias.

O nó do problema

O nó do problema criado com os massacres de camponeses e índios é o mesmo vivido pelos remanescentes de quilombolas: a terra não dada a ser dividida. Assim, vão sendo vítimas e mais vítimas de massacres em massacres. Muitos tem gritado em favor das vítimas: *“As nossas disputas no campo não são só históricas, mas elas são marcadas por um quadro muito pouco alterado”*, afirmou Deborah Duprat a procuradora federal dos Direitos do Cidadão em ato realizado em Brasília de lançamento do Cadernos Conflitos no Campo 2016. A procuradora também criticou a Medida Provisória 759/2016, que modifica diretrizes legais sobre a regularização de terras urbanas e rurais no país, transferindo grande parte de terras públicas para o domínio privado criticou ainda a reticência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em divulgar a lista suja do trabalho escravo, formada por empregadores flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão, em clara tentativa de invisibilizar o problema e beneficiar os interesses das classes dominantes. E concluiu *“É óbvio que isso tudo fica muito agravado com esse crescimento da bancada ruralista, que consegue paralisar a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Infelizmente, estamos diante de um cenário que nos permite antever que essa violência no campo não atingiu o seu patamar máximo”*.

Também o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) destacou que o aumento da violência no campo não acontece desvinculado ao aumento da violência em geral. E afirmou categoricamente o deputado: *“Isso não é uma determinação divina, não é um acaso. Isso é algo que tem a ver com a estrutura da escravidão, da injustiça social, da negação do direito à vida dos povos originários. Quando você tem, ocupando o aparelho de Estado, aqueles que vocalizam o seu ódio a esses segmentos, de uma maneira em geral, aí a situação se agrava”*, afirmou o deputado. (Disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/16/em-audiencia-pastoral-da-terra-apresenta-dados-sobre-violencia-no-campo-no-ultimo-ano/>)

Assim, o país vai transformando-se, vai girando na roda viva da vida. A crise de 2008 continua, e a violência vai aumentando no campo. Os índices são cada vez maiores e a vida, ora a vida, vai cada vez valendo menos, ou nada valendo. Foram 61 os assassinatos no campo, ou seja, mais do que um a cada semana, mas pouca gente ficou sabendo, porque a mídia não dá a notícia. Continuam seguindo os ensinamentos do morto proprietário da Globo de somente noticiar o que interessa. E, o que não interessa esconder sempre.

Mas, tem um dia que aquilo que foi escondido o ano todo vem à tona, revela-se e aí, talvez, inicie-se o projeto de volta. Um projeto que não se sabe muito bem onde vai dar, mas sabe-se que ele acontecerá, mais dia, menos dia. Um dia estourará, o grito surtido da rebeldia que está afogado na goela dos brasileiros. Um dia o acerto de contas virá. E, talvez, não haja tempo para se pedir perdão pelos feitos na face da Terra!